

**ARQUIVOS E BIBLIOTECAS COMO AGENTES DE LETRAMENTO  
INFORMACIONAL E FORMAÇÃO CIDADÃ: memória, preservação documental e  
práticas educativas**

**ARCHIVES AND LIBRARIES AS AGENTS OF INFORMATION LITERACY AND  
CITIZENSHIP EDUCATION: memory, documentary preservation, and educational  
practices**

Alairson José da Silva<sup>1</sup>  
Ricardo Roberto de Andrade<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo analisa o papel de arquivos e bibliotecas como ambientes formativos essenciais à promoção do letramento informacional e ao fortalecimento da cidadania no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de um estudo de natureza teórico-reflexiva, fundamentado em revisão crítica da literatura e em reflexões sobre as interfaces entre memória, mediação da informação e práticas educativas. Discute-se como essas unidades de informação contribuem para o desenvolvimento de competências relacionadas ao acesso, à seleção, à avaliação e ao uso ético da informação, ampliando a autonomia dos sujeitos e favorecendo sua participação social. A análise teórica evidencia que arquivos e bibliotecas, ao atuarem como espaços de memória, cultura e mediação informacional, assumem papel estratégico na formação cidadã, especialmente diante de desafios contemporâneos como a desinformação, a circulação massiva de conteúdos não verificados e as desigualdades de acesso à informação. Argumenta-se que o fortalecimento do Letramento Informacional requer o reconhecimento do caráter educativo e sociopolítico dessas instituições, bem como o incentivo a práticas de mediação voltadas ao desenvolvimento do senso crítico, da responsabilidade informacional e do engajamento democrático. Conclui-se que a atuação articulada entre arquivos e bibliotecas potencializa processos formativos comprometidos com a cidadania, a formação humana integral e a democratização do conhecimento.

**Palavras-chave:** Letramento informacional; Arquivos; Bibliotecas; Formação cidadã; Educação Profissional e Tecnológica.

**ABSTRACT**

This article analyzes the role of archives and libraries as formative environments essential to the promotion of Information Literacy (IL) and the strengthening of citizenship within the context of Professional and Technological Education (PTE). It is a theoretical-reflective study grounded in a critical review of the literature and reflections on the interfaces among memory, information mediation, and educational practices. The study discusses how these information units contribute to the development of competencies related to the access, selection, evaluation, and ethical use of information, enhancing individuals' autonomy and fostering social participation. The theoretical analysis indicates that archives and libraries, as spaces of memory, culture, and information mediation, play a strategic role in citizenship education, especially in the face of contemporary challenges such as disinformation, the widespread circulation of unverified content, and inequalities in access to information. It is argued that strengthening Information Literacy requires recognizing the educational and sociopolitical nature of these

<sup>1</sup> Bibliotecário | Instituto Federal de Ciências e Tecnologia Triângulo Mineiro | E-mail: alairsonsilva@hotmail.com

<sup>2</sup> Técnico em Arquivo | Instituto Federal de Ciências e Tecnologia Triângulo Mineiro | E-mail: ricardor.arquivista@gmail.com



institutions, as well as encouraging mediation practices aimed at developing critical thinking, informational responsibility, and democratic engagement. It is concluded that the articulated action between archives and libraries enhances formative processes committed to citizenship, integral human development, and the democratization of knowledge.

**Keywords:** Information Literacy; Archives; Libraries; Citizenship Education; Professional and Technological Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação, sua avaliação crítica e seu uso ético constituem dimensões essenciais para o exercício da cidadania em sociedades democráticas. Entretanto, o cenário contemporâneo, marcado pelo crescimento acelerado da informação digital, pela ampliação das bibliotecas virtuais e pela circulação massiva de conteúdos descontextualizados, intensifica os desafios relacionados à apropriação qualificada da informação.

Nesse contexto, destaca-se a importância de investigar como diferentes instituições da informação, especialmente arquivos e bibliotecas, em suas modalidades físicas e digitais, podem contribuir para a formação de sujeitos críticos e socialmente participativos. Os arquivos preservam documentos que registram a memória institucional e social, assegurando o acesso à informação e favorecendo a transparência pública. Além de sua função custodial, constituem espaços que possibilitam a compreensão crítica dos processos históricos e institucionais (Paes, 2017; Indolfo, 2007).

As bibliotecas, por sua vez, disponibilizam acervos, recursos informacionais e ambiente de aprendizagem que favorecem a identificação, seleção, avaliação e uso ético da informação (Gasque, 2012; Alves; Suaiden, 2016; Azevedo; Ogécime, 2019). Quando atuam de forma articulada, arquivos e bibliotecas podem ampliar seu potencial educativo, associando memória, informação e formação crítica em benefício da participação cidadã.

Essa discussão torna-se especialmente relevante no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cuja proposta formativa não se limita à preparação técnica para o mercado de trabalho. Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), a EPT deve promover uma formação humana integral, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis do processo educativo. Nessa perspectiva, o acesso crítico à informação e o desenvolvimento do letramento informacional contribuem para a formação de sujeitos capazes de compreender a realidade social, participar de forma crítica da vida pública e atuar conscientemente no mundo do trabalho.



Apesar da relevância do tema, a literatura nacional ainda apresenta número reduzido de estudos que abordam de forma integrada a atuação de arquivos e bibliotecas em instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica, especialmente no que se refere às ações educativas voltadas ao LI e à formação cidadã. Considerando a função social dessas instituições na democratização do acesso à informação, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira arquivos e bibliotecas vinculados às instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica podem atuar de forma articulada na promoção do LI e da formação cidadã?

Parte-se da hipótese de que a atuação integrada entre arquivos e bibliotecas fortalece o acesso qualificado à informação, favorece o desenvolvimento do pensamento crítico e amplia as possibilidades de participação cidadã dos sujeitos atendidos por essas instituições.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar o papel articulado de arquivos e bibliotecas vinculados às instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica na promoção do LI e da formação cidadã.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo, de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão crítica de literatura e em análise de marcos legais e institucionais relacionados a arquivos, bibliotecas, LI e formação cidadã. Foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas da Ciência da Informação, da educação e da filosofia social, com ênfase em autores que discutem letramento informacional, mediação da informação e cidadania, além de estudos específicos sobre arquivos, memória e políticas de informação. A escolha das referências obedeceu a critérios de relevância temática e aderência ao problema de pesquisa, não tendo a pretensão de esgotar o assunto, mas de construir um quadro analítico que permita compreender, em perspectiva crítica, o papel articulado de arquivos e bibliotecas na promoção do LI e da formação cidadã.

## 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que fundamenta este artigo está estruturado a partir de cinco eixos temáticos inter-relacionados: o LI e sua contribuição para a formação cidadã; os



arquivos como espaços de memória, preservação documental e educação; as bibliotecas como ambientes de mediação da informação e desenvolvimento crítico; as interfaces e convergências entre arquivos e bibliotecas; e os desafios contemporâneos relacionados à mediação da informação em contextos marcados pela expansão das tecnologias digitais e pela circulação intensiva de conteúdos informacionais. A discussão desses eixos busca compreender como essas instituições podem atuar de forma articulada na promoção do LI e da formação cidadã, especialmente no âmbito das instituições públicas de EPT, contribuindo para a construção de sujeitos críticos, autônomos e socialmente participativos.

### 3.1 Letramento informacional e formação cidadã

O LI compreende um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitam aos sujeitos reconhecer necessidades informacionais, localizar, avaliar e utilizar informações de maneira crítica, ética e responsável. Embora inicialmente associado ao domínio de técnicas de busca e recuperação da informação, o conceito passou a incorporar dimensões cognitivas, sociais, culturais e políticas, sendo compreendido como prática social relacionada à construção da autonomia intelectual e da participação cidadã (Gasque, 2012).

A literatura brasileira compreende o LI como uma prática social desenvolvida em contextos educativos e mediada por instituições, sujeitos e tecnologias. Nessa perspectiva, aprender a lidar criticamente com a informação envolve processos contínuos de reflexão, interpretação e diálogo com a realidade (Campello, 2009). Tal compreensão aproxima o LI da formação cidadã, especialmente em um contexto marcado pela sobrecarga informacional, pela disseminação de desinformação e pelo crescimento das tecnologias digitais.

Antes de aprofundar a discussão sobre o letramento informacional, é importante destacar que a literatura da Ciência da Informação apresenta diferentes interpretações acerca das expressões LI e competência em informação. Alves (2025) demonstra que essas terminologias resultam de distintos processos de apropriação e tradução do termo *information literacy* no contexto brasileiro. Segundo a autora, enquanto a competência em informação é frequentemente associada a um conjunto mais amplo de conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas ao acesso, à avaliação e ao uso da informação, o LI enfatiza



os processos educativos, sociais e formativos relacionados à apropriação crítica da informação. Nesse sentido, embora se reconheça a existência de aproximações entre esses conceitos, este estudo adota a expressão LI por compreender que ela dialoga de forma mais direta com a dimensão educativa, cidadã e emancipatória das práticas desenvolvidas por arquivos e bibliotecas.

A relação entre LI e cidadania torna-se ainda mais evidente no contexto contemporâneo, marcado pela sobrecarga informacional, pelo avanço das tecnologias digitais e pela disseminação acelerada de conteúdos enganosos e desinformativos. A capacidade de avaliar fontes, detectar vieses, interpretar dados e identificar discursos manipulativos tornou-se condição necessária para a atuação consciente na vida pública (Alves; Suaiden, 2016). A ausência de práticas formativas voltadas ao LI fragiliza o processo democrático, pois compromete a capacidade dos indivíduos de avaliar criticamente informações, reconhecer direitos e participar de forma consciente do debate público.

Nesse cenário, é fundamental destacar o papel das instituições da informação, sobretudo arquivos e bibliotecas, como ambientes formativos que favorecem o desenvolvimento de práticas de letramento informacional. Arquivos oferecem acesso a documentos autênticos que registram trajetórias institucionais e sociais, contribuindo para a compreensão da memória coletiva, da cidadania e da consciência histórica (Paes, 2017; Indolfo, 2007). A análise desses documentos possibilita compreender como decisões, políticas e ações foram construídas ao longo do tempo, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico. As bibliotecas, por sua vez, desempenham importante função educativa ao disponibilizar informações organizadas, materiais de estudo e orientação especializada. Segundo Azevedo e Ogécime (2019), a mediação realizada pelos bibliotecários favorece a aprendizagem crítica ao orientar os usuários na seleção, avaliação e uso de fontes confiáveis de informação.

Na prática, essa mediação pode ocorrer por meio de oficinas de orientação para pesquisa, capacitações voltadas ao uso de bases de dados e repositórios digitais, atividades de avaliação crítica de fontes de informação, elaboração de guias de pesquisa, ações de incentivo à leitura, exposições temáticas e acompanhamento dos usuários na utilização de recursos informacionais físicos e digitais. Nesse processo, a biblioteca física ou digital torna-se espaço privilegiado de desenvolvimento de competências



informacionais, articulando práticas educativas, recursos tecnológicos e mediação humana.

No contexto da EPT, o LI pode ser compreendido como uma dimensão que contribui para a formação humana integral, ao favorecer o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade crítica dos estudantes. Para Ramos (2008), a formação integrada busca superar a fragmentação entre formação geral e formação profissional, possibilitando que os sujeitos compreendam as relações entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Nesse sentido, o desenvolvimento de práticas de letramento informacional em arquivos e bibliotecas pode fortalecer processos educativos comprometidos com a emancipação e a cidadania.

A articulação entre arquivos e bibliotecas amplia significativamente o alcance do letramento informacional, pois conecta memória, informação e aprendizagem em um processo integrado. A aproximação entre essas instituições favorece ações conjuntas de mediação, atividades formativas e projetos educativos que estimulam o pensamento crítico e promovem o entendimento das relações entre informação, poder, história e cidadania. Assim, o LI assume papel central na construção de sujeitos capazes de intervir de forma ética e consciente nas transformações sociais, fortalecendo práticas democráticas e promovendo uma participação cidadã mais qualificada.

### **3.2 Arquivos como espaços de memória e educação**

Os arquivos desempenham papel fundamental na preservação da memória social, na garantia do acesso à informação e no fortalecimento das práticas democráticas. Mais do que espaços de custódia documental, constituem sistemas de informação responsáveis por preservar registros que testemunham o funcionamento das instituições e das relações sociais. Nesse sentido, asseguram a autenticidade, a integridade e a continuidade dos documentos, contribuindo para a gestão administrativa, a pesquisa e o exercício da cidadania (Paes, 2017).

Sob esse prisma da memória social, os documentos arquivísticos podem ser compreendidos como registros que expressam experiências, valores e práticas produzidas historicamente pelos diferentes grupos sociais. O acesso a esses documentos permite compreender trajetórias institucionais, processos históricos e formas de organização da vida coletiva (Bellotto, 2008).



Autores contemporâneos como Ricoeur (2007) e Arendt (2011) contribuem para aprofundar essa reflexão ao discutirem a relação entre memória, história e ação política. Para Ricoeur, a memória precisa ser mediada pelo testemunho, pela crítica histórica e pelo exame documental, de modo que a sociedade possa interpretar seu passado com responsabilidade ética. Já Arendt destaca que a compreensão do mundo somente é possível quando os indivíduos têm acesso às experiências acumuladas pelas gerações anteriores e os arquivos, nesse sentido, funcionam como pontes entre tempos e experiências distintas.

Andrade; Silva (2024) destacam que os arquivos não apenas registram o passado, mas também organizam narrativas e selecionam aquilo que é digno de ser lembrado, evidenciando seu papel na constituição da memória social. Segundo os autores, os processos de classificação, acesso e autenticação documental não são neutros, mas participam da construção de determinadas visões sobre o passado e sobre a própria realidade social. Essa concepção aproxima os arquivos da noção foucaultiana de arquivo como matriz discursiva que define as condições de enunciação e legitima determinadas versões da história.

No campo da filosofia e teoria social, Foucault (2015) amplia a compreensão dos arquivos ao analisá-los como dispositivos de poder que estruturam regimes de visibilidade e enunciabilidade. Nessa perspectiva, os arquivos não apenas preservam documentos, mas também influenciam a produção, a circulação e a legitimação dos discursos em uma determinada sociedade. Essa abordagem contribuiu para compreender a dimensão política dos arquivos e a importância de políticas democráticas de acesso, preservação e gestão documental.

Na perspectiva das políticas públicas de informação, Jardim (1996) aponta que os arquivos constituem pilares da transparência e do controle social. O acesso aos documentos administrativos permite que cidadãos fiscalizem ações governamentais, compreendam decisões e exerçam seus direitos. Com isso, os arquivos tornam-se instrumentos de democratização da informação, contribuindo para reduzir assimetrias de poder entre Estado e sociedade civil. Nessa mesma direção, Indolfo (2007) ressalta que a gestão documental é condição indispensável para assegurar a preservação dos registros institucionais e o acesso contínuo à informação. Essa discussão ganha ainda mais relevância no contexto brasileiro com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que reforça a necessidade de arquivos organizados, preservados e



acessíveis para garantir a efetivação do direito à informação e o fortalecimento das práticas democráticas.

A dimensão educativa dos arquivos emerge como um desdobramento dessas funções. Ao aproximarem diferentes públicos de documentos produzidos em contextos históricos e institucionais específicos, os arquivos favorecem a leitura crítica da realidade e a compreensão dos processos sociais. Saraiva e Pereira (2018) afirmam que iniciativas de difusão e mediação ampliam a compreensão social do patrimônio documental e podendo contribuir para a formação de um olhar crítico sobre o passado e o presente.

### **3.3 Bibliotecas como espaços de formação crítica e mediação da informação**

As bibliotecas constituem espaços formativos essenciais para o acesso, a organização e a mediação da informação. Ao disponibilizarem acervos, recursos tecnológicos e serviços especializados, contribuem para a construção de conhecimentos, para o desenvolvimento do LI e para a formação cidadã. No contexto contemporâneo, marcado pela ampliação dos ambientes digitais, sua função social torna-se ainda mais relevante ao favorecer o acesso democrático à informação e reduzir desigualdades informacionais (Gasque, 2012).

Essa atuação é ampliada pelo uso de tecnologias digitais, que transformam as bibliotecas em ambientes híbridos, integrando coleções impressas, repositórios digitais, bases de dados e plataformas interativas. Para Valentim (2010), esses ambientes configuram ecossistemas informacionais nos quais tecnologias, recursos e práticas de mediação articulam-se para atender às necessidades informacionais da comunidade.

A mediação da informação ocupa lugar nesse processo. Segundo Azevedo e Ogécime (2019), ela compreende ações desenvolvidas pelos profissionais da informação para orientar os usuários na busca, seleção, avaliação e uso crítico das fontes informacionais. Essa mediação materializa-se por meio de atividades formativas, orientação para pesquisas, uso de bases de dados, ações de incentivo à leitura e iniciativas voltadas à avaliação crítica da informação. Dessa forma, o bibliotecário atua como agente educativo, promovendo o uso ético, consciente e reflexivo da informação.

A dimensão educativa das bibliotecas aproxima-se das reflexões de Freire (1996), para quem a leitura do mundo antecede a leitura da palavra. Nessa perspectiva, a



biblioteca configura-se como espaço de reflexão, diálogo e construção da autonomia, favorecendo interpretações críticas da realidade social.

Como demonstrado por Andrade; Silva (2024), o ambiente da biblioteca também opera mecanismos de vigilância simbólica, como monitoramento do comportamento dos usuários, controle do uso de materiais e regulação de práticas de leitura, que influenciam processos formativos e podem tanto ampliar quanto limitar a autonomia dos sujeitos. A biblioteca, enquanto espaço disciplinado e disciplinador, produz modos de leitura e de circulação da informação, aproximando-se da perspectiva foucaultiana de que instituições de conhecimento moldam sujeitos e práticas sociais.

No campo da filosofia social, Habermas (1984) contribui para compreender a biblioteca como espaço de circulação de discursos, debate público e formação racional. A biblioteca, ao garantir acesso a múltiplas vozes, amplia a participação dos sujeitos na esfera pública e favorece a construção de argumentos informados. De modo semelhante, Boaventura de Sousa Santos (2000) reforça a importância das instituições de conhecimento para democratizar saberes e enfrentar desigualdades que afetam grupos historicamente excluídos.

Bibliotecas também são espaços de preservação e difusão da memória social, especialmente por meio de repositórios institucionais, coleções especiais, acervos históricos, materiais raros e bases de dados especializadas. Nesse sentido, aproximam-se dos arquivos ao desempenhar funções educativas relacionadas à memória, patrimônio documental e produção de conhecimento (Costa, 2018). Exposições, ações culturais, clubes de leitura, oficinas, rodas de conversa e atividades de extensão ampliam o papel da biblioteca na comunidade, fortalecendo vínculos identitários e promovendo a participação social.

No contexto da educação formal e não formal, bibliotecas escolares, públicas e universitárias desenvolvem projetos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, integrando-se às práticas pedagógicas de docentes e às dinâmicas de aprendizagem dos estudantes. Para Libâneo (2013), processos educativos participativos exigem o acesso a múltiplas fontes de informação, e as bibliotecas desempenham papel fundamental ao ofertar recursos informacionais que ampliam a compreensão crítica dos conteúdos curriculares.

Assim, as bibliotecas afirmam-se como instituições para a democratização do acesso à informação, para o desenvolvimento do LI e para o fortalecimento da cidadania.



Por meio da mediação da informação e de ações educativas, contribuem para a formação de sujeitos capazes de participar criticamente da vida social.

### 3.4 Interseções entre arquivos e bibliotecas

A relação entre arquivos e bibliotecas tem se aprofundado nas últimas décadas, especialmente no âmbito das políticas públicas de informação, das práticas de preservação documental e das ações educativas voltadas ao LI e à formação cidadã. Embora possuam naturezas documentais distintas, essas instituições compartilham a missão de organizar, preservar e mediar o acesso à informação, atuando como espaços de memória, conhecimento e formação crítica. Andrade; Silva (2024) argumentam que arquivos e bibliotecas compartilham uma lógica institucional baseada na vigilância epistemológica: ambas organizam, classificam e legitimam certos conteúdos em detrimento de outros, definindo os limites daquilo que pode ser enunciado e preservado como memória.

Historicamente, arquivos e bibliotecas foram concebidos como dispositivos institucionais separados, cada qual com características e funções específicas. Os arquivos guardam documentos produzidos no decorrer das atividades institucionais e sociais, enquanto as bibliotecas reúnem acervos selecionados para fins educativos, informacionais, culturais ou científicos (Paes, 2017; Costa, 2018). Entretanto, a complexidade informacional contemporânea, aliada ao desenvolvimento das tecnologias digitais, favorece uma convergência funcional que aproxima essas instituições e amplia suas possibilidades de atuação conjunta.

Essa articulação é destacada por Jardim (1996), ao reconhecer que arquivos, bibliotecas e centros de documentação constituem pilares das políticas de informação de um Estado democrático. A atuação integrada fortalece a transparência administrativa, garante a continuidade da memória institucional e amplia a circulação social do conhecimento. Para Bellotto (2008), a relação entre essas instituições permite articular diferentes dimensões da memória social: enquanto os arquivos revelam vestígios históricos de processos administrativos e políticos, as bibliotecas oferecem condições para interpretar criticamente esses registros, contextualizando-os em narrativas mais amplas.



Do ponto de vista educativo, a integração entre arquivos e bibliotecas possibilita práticas formativas que estimulam o pensamento crítico, a consciência histórica e o desenvolvimento de competências informacionais. Atividades como exposições documentais, oficinas de leitura de fontes primárias, projetos de história oral, produções audiovisuais, clubes de leitura temática, ambientações pedagógicas e trilhas investigativas permitem que estudantes compreendam o papel da informação na construção da história e no debate público. Azevedo e Ogécime (2019) reforçam que a mediação da informação, quando realizada de forma colaborativa, potencializa a autonomia dos sujeitos e contribui para o enfrentamento da desinformação.

Essa integração também favorece o desenvolvimento do letramento informacional, especialmente quando arquivos e bibliotecas atuam de modo coordenado em atividades educativas. Gasque (2012) argumentam que a aprendizagem informacional se fortalece quando os sujeitos têm acesso a múltiplas tipologias documentais, interagem com fontes primárias e secundárias e refletem criticamente sobre autenticidade, autoria, intencionalidade, confiabilidade e contexto de produção das informações. A interseção entre documentos arquivísticos e materiais bibliográficos cria um ambiente formativo plural, capaz de estimular habilidades cognitivas e éticas necessárias à leitura crítica do mundo.

Sob a perspectiva da Filosofia e da Educação, Freire (1996) e Habermas (1984) iluminam o potencial emancipatório dessa articulação. Para Freire, o conhecimento crítico emerge da problematização da realidade, e arquivos e bibliotecas, ao disponibilizarem documentos, narrativas e interpretações, possibilitam que os sujeitos compreendam as contradições de sua história. Habermas, ao discutir a esfera pública, destaca que instituições de memória e informação são essenciais para o debate racional, pois ampliam o acesso a discursos, dados e argumentos que fundamentam a deliberação democrática. Assim, a interseção entre arquivos e bibliotecas fortalece ambientes informacionais que sustentam práticas cidadãos participativas.

Essa articulação torna-se ainda mais evidente quando arquivos e bibliotecas convergem para práticas de mediação que orientam modos de leitura, seleção e interpretação da informação. Conforme analisam Andrade; Silva (2024), essas instituições não apenas disponibilizam documentos e fontes de pesquisa, mas também modelam, por meio de classificações, normas, políticas de acesso e rotinas de tratamento documental, a forma como o conhecimento pode ser compreendido e legitimado



socialmente. Nesse sentido, atuam como dispositivos de poder que organizam discursos, regulam formas de uso da informação e influenciam processos de construção da memória e da identidade social.

Na era digital, essa integração assume novas dimensões. Repositórios Institucionais, plataformas de dados abertos, acervos digitais, bibliotecas virtuais e sistemas de gestão documental criam ecossistemas informacionais interconectados. Esses espaços ampliam o acesso a documentos primários e secundários, favorecem a interoperabilidade entre sistemas, possibilitam novas formas de difusão da informação e ampliam o alcance das ações educativas e culturais (Valentim, 2010). A digitalização também favorece uma maior transparência pública, contribuindo para reduzir desigualdades informacionais e fortalecer o controle social.

A articulação entre arquivos e bibliotecas, portanto, não se limita a compartilhar espaços físicos ou acervos, mas envolve ações integradas de mediação, formação, difusão, pesquisa e promoção da cidadania. Essa sinergia amplia o potencial pedagógico e informacional dessas instituições, fortalece a preservação da memória coletiva e contribui para a construção de sujeitos mais críticos, conscientes e participativos.

### **3.5 Desafios contemporâneos na mediação da informação e na promoção do letramento informacional**

Os desafios enfrentados por arquivos e bibliotecas na contemporaneidade não se limitam a questões técnicas ou estruturais. Eles envolvem dimensões políticas, éticas, epistemológicas e pedagógicas que influenciam profundamente a mediação da informação, a preservação documental e a formação de sujeitos críticos. A sociedade digital, marcada por fluxos intensos de dados, múltiplas fontes informacionais e crescente dependência tecnológica, traz exigências novas e complexas para instituições tradicionais de memória e informação. Um dos desafios centrais é a sobrecarga informacional e a circulação massiva de conteúdos descontextualizados. Gasque (2012) destaca que, diante da abundância informacional, o LI torna-se habilidade essencial para diferenciar dados confiáveis de conteúdos manipulados. Entretanto, essas competências não se desenvolvem de modo espontâneo: dependem de ações pedagógicas estruturadas e de ambientes formativos que estimulem a análise crítica e a interpretação responsável da informação.



Outro obstáculo significativo envolve as desigualdades informacionais e digitais, que afetam especialmente populações vulnerabilizadas. A falta de acesso à internet de qualidade, a dispositivos adequados e à formação digital limita o exercício pleno da cidadania e impede que boa parte da população usufrua dos serviços informacionais oferecidos por arquivos e bibliotecas. Gasque (2012) argumenta que o desenvolvimento das competências informacionais exige condições materiais e políticas institucionais que assegurem equidade no acesso, infraestrutura robusta e mediação qualificada.

No âmbito institucional, arquivos e bibliotecas enfrentam problemas estruturais relacionados à gestão documental, à preservação digital, à obsolescência tecnológica e à rotatividade de profissionais. Como ressalta Paes (2017), a gestão da informação depende de políticas constantes, investimentos adequados e práticas sistemáticas de preservação. A fragilidade desses elementos compromete a continuidade dos acervos, a credibilidade das instituições e a garantia do direito à informação previsto na legislação vigente.

Entretanto, um dos desafios mais profundos, e menos discutidos, refere-se à dimensão política e disciplinadora das instituições da informação. Conforme analisam Andrade; Silva (2024), arquivos e bibliotecas participam de processos de vigilância simbólica e institucional ao organizarem, classificarem e controlarem fluxos documentais e informacionais. Essa perspectiva dialoga diretamente com Foucault (2015), que identifica as instituições de registro e arquivo como dispositivos que regulam comportamentos, definem normas e produzem formas específicas de subjetivação. Bibliotecas, ao registrarem perfis de uso, restringirem acessos ou monitorarem comportamentos, também operam mecanismos de disciplinamento invisível que moldam modos de leitura e participação.

Essa discussão se intensifica quando se considera o ambiente digital. Deleuze (1992) já alertava para o surgimento das sociedades de controle, caracterizadas por monitoramento contínuo e sistemas informáticos que registram todos os movimentos. Em arquivos e bibliotecas digitais, isso se manifesta por meio de logs de acesso, perfis de comportamento, sistemas de autenticação e políticas de vigilância interna. Tais práticas podem ser necessárias para a segurança do acervo, mas tensionam debates éticos sobre privacidade, transparência e proteção de dados, especialmente após a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Do ponto de vista educativo, Freire (1996) alerta que não há neutralidade na educação. Arquivos e bibliotecas, enquanto espaços formativos, também não são neutros:



suas escolhas de acervo, formas de organização, critérios de acesso e práticas de mediação influenciam a forma como os indivíduos leem o mundo, constroem sentido e participam da vida social. A mediação da informação, portanto, não pode ser compreendida apenas como um processo técnico, mas como uma prática social e política atravessada por valores, interesses e disputas discursivas. Habermas (1984) acrescenta que uma esfera pública democrática depende do acesso equitativo à informação e da capacidade dos cidadãos de participar criticamente do debate público. Assim, a crise contemporânea marcada pela desinformação, pela censura digital e pela precarização das instituições de memória ameaça diretamente a saúde da esfera pública. Santos (2000) reforça que a democratização do conhecimento exige superar as monoculturas do saber e reconhecer epistemologias plurais, tarefa que arquivos e bibliotecas podem assumir de modo protagonista, desde que reconheçam seus próprios limites e desafios.

Diante desse cenário multifacetado, torna-se evidente que a mediação da informação não é apenas uma prática técnica, mas um campo complexo que envolve ética, política, educação e poder. A promoção do letramento informacional, portanto, deve considerar não apenas a formação técnica dos sujeitos, mas também a construção de ambientes informacionais críticos, democráticos e inclusivos.

#### 4 ANÁLISE TEÓRICA REFLEXIVA

A análise teórico-reflexiva desenvolvida ao longo deste estudo possibilitou sistematizar quatro eixos analíticos centrais relacionados ao papel articulado de arquivos e bibliotecas na promoção do letramento informacional e da formação cidadã. Esses eixos emergem da interlocução entre os referenciais teóricos mobilizados e evidenciam a relevância dessas instituições como espaços de memória, mediação da informação, formação crítica e fortalecimento da participação cidadã.

Em primeiro lugar, a literatura analisada permite compreender que os arquivos desempenham papel estruturante na garantia do direito à informação, na preservação da memória e na consolidação da transparência pública. Ao proporcionar acesso a documentos autênticos e historicamente situados, essas instituições favorecem a reconstrução crítica de narrativas sobre o Estado e a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de competências em informação de consciência histórica. Esse processo ocorre quando estudantes, pesquisadores e demais usuários entram em contato com



documentos originais, processos administrativos, registros institucionais e fontes históricas que permitem compreender a construção dos acontecimentos sociais, identificar relações de poder e refletir criticamente sobre diferentes narrativas históricas.

As reflexões teóricas também indicam que os arquivos operam dispositivos de seleção e organização da memória que, ao mesmo tempo em que protegem o patrimônio documental, podem reforçar assimetrias de poder e disputas por visibilidade.

Em segundo lugar, a análise dos referenciais mobilizados sugere que as bibliotecas se consolidam como ambientes privilegiados de formação crítica e informacional. A literatura analisada indica que a mediação da informação realizada por profissionais qualificados, articulada a recursos tecnológicos e a projetos pedagógicos, amplia a capacidade dos usuários de identificar necessidades informacionais, avaliar fontes e utilizar informações de forma ética e responsável. As bibliotecas, em suas dimensões físicas e digitais, emergem como espaços centrais para o enfrentamento da desinformação e para o fortalecimento da participação cidadã. Essa contribuição manifesta-se por meio de programas de formação de usuários, oficinas de busca e avaliação de fontes, ações educativas voltadas ao combate à desinformação, orientação para utilização de bases de dados científicas e desenvolvimento de atividades que estimulam a leitura crítica e a autonomia informacional dos sujeitos.

O terceiro eixo analítico refere-se ao potencial da integração entre arquivos e bibliotecas para ampliar práticas educativas e aprofundar processos formativos. A articulação entre acervos arquivísticos e bibliográficos, assim como o desenvolvimento de ações conjuntas, exposições, oficinas, projetos de história oral, clubes de leitura temática, entre outras iniciativas, cria ambientes formativos que associam memória, informação e reflexão crítica. Essa convergência favorece o LI ao colocar os sujeitos em contato com múltiplas tipologias documentais e ao problematizar as relações entre informação, poder e cidadania.

Por fim, a discussão teórica evidencia um conjunto de desafios estruturais, éticos e tecnológicos que tencionam a atuação de arquivos e bibliotecas na contemporaneidade. A sobrecarga informacional, as desigualdades digitais, as fragilidades nas políticas de gestão documental, as práticas de vigilância e controle, bem como os limites orçamentários e institucionais, configuram barreiras significativas para a consolidação de ambientes informacionais democráticos. Tais desafios reforçam a necessidade de políticas públicas robustas e de mediações éticas e inovadoras, capazes de assegurar que o potencial



formativo dessas instituições se traduza em efetiva ampliação dos direitos informacionais e da participação social.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essas reflexões evidenciam que arquivos e bibliotecas compartilham funções complementares relacionadas à preservação da memória, à democratização do acesso à informação e à formação cidadã. A articulação entre essas instituições amplia as possibilidades de acesso, interpretação e contextualização da informação, favorecendo processos educativos comprometidos com o desenvolvimento do pensamento crítico, da consciência histórica e da participação social. Dessa forma, sua atuação integrada mostra-se relevante para fortalecer o letramento informacional e contribuir para a formação humana integral defendida pela literatura da EPT.

## 5 CONCLUSÃO

As reflexões teórico-analíticas desenvolvidas neste estudo permitiram compreender que arquivos e bibliotecas desempenham papéis estratégicos na promoção do letramento informacional, na preservação da memória e na formação cidadã. Ao articularem funções informacionais, educativas e culturais, essas instituições contribuem para a construção de ambientes democráticos de acesso ao conhecimento, especialmente em um contexto marcado pela expansão das tecnologias digitais e pelos desafios decorrentes da desinformação.

A análise teórica desenvolvida permitiu compreender que arquivos e bibliotecas atuam de maneira complementar. Enquanto os arquivos favorecem a preservação da memória, a transparência e o acesso a registros documentais, as bibliotecas ampliam as possibilidades de mediação da informação e de desenvolvimento do letramento informacional. Quando articuladas, essas instituições potencializam processos educativos voltados à formação crítica e à participação cidadã.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a atuação articulada entre arquivos e bibliotecas mostra-se alinhada aos princípios da formação humana integral defendidos pela literatura da área. Conforme Ciavatta (2005), a formação integrada pressupõe a compreensão dos processos sociais em sua totalidade, articulando conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos. Sob essa perspectiva, arquivos e bibliotecas constituem espaços educativos que favorecem o acesso crítico à informação, a



preservação da memória e o desenvolvimento de competências necessárias à participação cidadã e à atuação consciente no mundo do trabalho.

Os desafios relacionados às desigualdades informacionais, à sobrecarga de informações, à preservação documental e às questões éticas associadas ao ambiente digital reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessas instituições. Nesse sentido, investir em ações de mediação da informação, preservação da memória e formação informacional constitui estratégia relevante para ampliar direitos, fortalecer a participação social e consolidar práticas democráticas. A consolidação de políticas públicas que reconheçam a relevância de arquivos e bibliotecas, associada ao fortalecimento de práticas formativas contínuas, mostra-se fundamental para que essas instituições continuem atuando como espaços de memória, aprendizagem e cidadania.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. R.; SILVA, A. J. A biblioteca e o arquivo na vigilância do conhecimento: uma análise a partir de Vigiar e Punir de Michel Foucault. **Archeion Online**, João Pessoa v. 12, n. 2, p. 6–21, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/70655>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ALVES, M. F.; SUAIDEN, E. J. Bibliotecas públicas e letramento informacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 214-241, 2016. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/54761>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ALVES, M. S. O letramento informacional na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, 2025.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

AZEVEDO, K. R.; OGÉCIME, M. O papel do bibliotecário como mediador da informação na busca pelo letramento informacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, p. e020001, 2019.

BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico**. 2009. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2005. DOI: 10.22409/tn.3i3.p6122. Disponível em:



<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 1 jun. 2026.

COSTA, E. **Arquivo, poder e memória**. São Paulo: Alameda, 2018

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In: Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional: práticas, teoria e desafios contemporâneos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.. Acesso em: 26 nov. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul. /dez. 2007.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1996. Acesso em: 30 maio 2026.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

PAES, M. L. **Arquivologia: teoria e prática**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Brasília: SETEC/MEC, 2008.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SARAIVA, N. L.; PEREIRA, T. M. M. Patrimônio documental e difusão da informação em arquivos nacionais. *Revista Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 6, n. esp., p. 646-660, 2018.

VALENTIM, M. L. P. **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Polis, 2010.

